

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_  
VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX.**

**XXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº XXXXXXXX, expedida pela XXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXX, Telefone (XX) XXXXXXXX, e **XXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº XXXXXXXX, expedida pela XXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXX, ambos residentes e domiciliados na XXXXXXXX CEP: XXXXXXXX, Telefone (XX) XXXXXXXX, vêm, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA, com fulcro nos art. 941 do CPC, art. 183 da CF/88, art. 1240 do CC, propor a presente:

**AÇÃO DE USUCAPIÃO ESPECIAL URBANO**

Em desfavor de **XXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº XXXXXXXX, expedida pela XXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliada XXXXXXXX CEP: XXXXXXXX, Telefone (XX) XXXXXXXX, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

**DOS FATOS**

Os autores convivem em união estável desde XXXX e residem no imóvel localizado na XXXXXXXXXXXXX há 14 anos, desde XX/XXXX, conforme documento anexo.

Na Certidão de ônus do referido bem, consta como promissária compradora a Sra. XXXXX, ora requerida. Ocorre que, segundo os vizinhos, a ré havia abandonado a casa já que havia ganhado muito dinheiro na loteria e, desta forma, nunca mais deu qualquer notícia de seu

paradeiro, deixando uma vizinha tomando conta do lote.

A vizinha que ficou encarregada de vigiar o terreno não mais reside nas proximidades, ficando o lote ficou abandonado, dando ensejo a que bandidos utilizassem o local como ponto de venda de drogas e esconderijo de quadrilhas. Desta forma, várias pessoas invadiram e residiram no bem, até que um outro vizinho “convidou” os requerentes para ocuparem o terreno, já que a proprietária havia sumido e ninguém sabia de seu paradeiro.

Desta forma, em XXXX de XXXXXX os autores ocuparam o lote, construíram a casa que lá se encontra e, desde então, vêm arcando com todas as taxas e impostos referentes ao imóvel (documentos anexos);

### DO DIREITO

O usucapião especial urbano é regido pelo art. 183 da Constituição Federal, abaixo transcrito, cujo teor é repetido pelo art. 1.240 do Código Civil.

### **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**Art. 183.** Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Neste ponto, faz-se necessário observar que os autores não possuem nenhum outro imóvel urbano ou rural, residindo no imóvel, objeto da presente demanda desde XXXXXXX de XXXX e, conforme mencionado anteriormente, possuem o bem como seu desde XXXXXXX de XXX. Certo é, pois, que os autores deram cumprimento a todos os requisitos previstos na lei para que possam adquirir por usucapião o imóvel postulado.

**Diante do exposto, requer:**

- a) A gratuidade da justiça nos termos da Lei 1060/50;
- b) A citação da Requerida, por meio de edital, vez que esta se encontra em local ignorado pela requerente;
- c) A citação/intimação dos confinantes, no endereço supra descrito.
- d) A intimação dos representantes da Fazenda Pública da União, e do representante do Distrito Federal para que se manifestem na causa;
- e) A intimação da Terracap – Cia Imobiliária de Brasília, a fim de manifeste seu interesse na presente;
- f) que seja expedido ofício a Terracap – Cia Imobiliária de Brasília, a fim de que este informe sobre a quitação do referido imóvel;
- g) A expedição de ofício aos cartórios de imóveis do Distrito Federal, para que informem se os autores são proprietários de imóvel no Distrito Federal.
- h) A procedência do pedido, declarando por sentença a propriedade urbana da **Requerente**, a ser transcrita no Registro de Imóveis, para os efeitos legais.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial pelos documentos anexos, a oitiva das testemunhas ao final arroladas, as quais deverão ser devidamente intimadas.

Dá-se a presente o valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX);

Termos em que, pede e espera deferimento.

XXXXXXXX, XX de XXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Defensor Público

### **ROL DE CONFIANTES**

**LATERAL DIREITA** - XXXXXXXXXXXXXXXX

**FUNDOS** - XXXXXXXXXXXX

**LATERAL ESQUERDA** - XXXXXXXXXXXXXXXX

### **ROL DE TESTEMUNHAS**

1 - XXXXXXXX

2 - XXXXXXXX

3 - XXXXXXXX

